



## CONSELHO DE CLASSE NAS PRÁTICAS ORDINÁRIAS DA ESCOLA: UM SOBREVOO SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Lilian Carla Molon<sup>1</sup>

Nilda Stecanela<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo lança um primeiro olhar para o espaço do conselho de classe como uma das práticas ordinárias da escola, especialmente vinculadas aos processos avaliativos. Tem como ponto de partida as inquietações decorrentes da prática profissional na educação básica, mas, também, das primeiras aproximações com o objeto de estudo de pesquisa em andamento, por meio da construção de um *estado da arte*, tendo em vista a necessidade de conhecer o que o campo da educação tem produzido sobre o tema, especialmente na dimensão participativa, bem como quais são as lacunas que demandam por mais investigação.

**Palavras-chave:** Conselho de classe, Participativo, Escuta, Estudantes.

**Resumen:** Este artículo lanza una primera mirada al espacio del consejo de clase como una de las prácticas ordinarias de la escuela. Su punto de partida son las inquietudes resultantes de la práctica profesional en la educación básica, pero también, de los primeros acercamientos al objeto de estudio, a través de la construcción de un estado del arte, teniendo en cuenta la necesidad de conocer lo que el campo de la educación ha producido sobre el tema, especialmente en la dimensión participativa, así como cuáles son las brechas que requieren mayor investigación.

**Palabras clave:** Consejo de clase, Participativo, Escucha, Estudiantes.

## INTRODUÇÃO

Este escrito lança um primeiro olhar para o espaço do conselho de classe como

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela UCS – Universidade de Caxias do Sul. Atualmente é pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves.

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordena o diretório do CNPq Observatório de Educação da UCS e é pesquisadora colaboradora no Diretório Observatório de Políticas Educacionais da UNIVALI. Bolsista em produtividade do CNPq.

# Revista Gepesvida

uma das práticas ordinárias da escola, especialmente vinculadas aos processos de avaliação escolar. Tem como ponto de partida as inquietações decorrentes da prática profissional na educação básica, mas, também, das primeiras aproximações com o objeto de estudo de pesquisa em andamento, por meio da construção de um *estado da arte*, tendo em vista a necessidade de conhecer o que o campo da educação tem produzido sobre o tema. Portanto, o objetivo do texto é apresentando os resultados parciais do procedimento adotado (estado da arte), com base nas orientações sugeridas por Romanowski (2002), a fim de identificar o que vem sendo pesquisado sobre conselhos de classe, especialmente na dimensão participativa, bem como quais são as lacunas que demandam por mais investigação.

Partindo da presunção de que o conselho de classe é um procedimento colegiado e tem a função de promover a reflexão sobre a relação pedagógica, objetiva-se apreender em que medida ocorre a participação dos sujeitos (estudantes) neste espaço, consoante ao que Freire (2007, p. 116) postula, ou seja, em uma perspectiva que vislumbre a “prática da avaliação, enquanto instrumento de apreciação do que-fazer de sujeitos críticos a serviço, da libertação e não dá domesticação”. Entendemos que a prática pedagógica pressupõe a interlocução de seus atores num exercício dialógico, reconhecendo que ela acontece em diferentes tempos e espaços e envolve os diversos e diferentes sujeitos escolares<sup>3</sup> no seu fazer e se relacionar diários, no âmbito de uma instituição de ensino, a partir do estabelecimento de uma relação pedagógica essencialmente dialógica, excetuando-se assim a centralidade em um ou em outro.

A escola produz tensionamentos permanentes no que diz respeito aos processos de ensino e de aprendizagem e aos mecanismos de avaliação (práticas pedagógicas), os quais, nem sempre, têm sido objeto de uma prática competente, democrática e dialógica. De acordo com Veiga (1992, p.17), a prática pedagógica se configura “[...] como uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos [...]”, perfazendo-se no cotidiano da escola a partir da interlocução de seus atores num exercício essencialmente dialógico, em diferentes tempos e espaços e excetuando-se assim a centralidade em um ou em outro. A prática do conselho de classe (participativo) permite iniciar uma conversa “ao pé do ouvido” com a Rede Federal de Educação Profissional e

---

<sup>3</sup> Entende-se por sujeitos escolares os professores, estudantes e técnicos administrativos em educação.

# Revista Gepesvida

Tecnológica (*locus* para o qual o olhar deste texto se debruça) e como se constitui sua institucionalidade, bem como o resgate da sua historicidade e tensionamentos, em interlocução com os “achados” no que tange a possibilidade de identificar: quem é ouvido e quem é escutado na prática do conselho de classe (participativo)?. Entende-se com base em Cardoso (1988) que escutar é mais do que ouvir, pois envolve prestar atenção, interpretar, ações que ultrapassam a mera decodificação do aparelho auditivo. Segundo o autor, “(...) o ver e o olhar, na sua oposição, configuram campos de significação distintos: assinalam em cada extremidade do nosso fio justamente: “sentidos” diversos” (p. 348).

## 1 A AVALIAÇÃO ESCOLAR: UMA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DEMOCRÁTICA

O tema central ora evidenciado como conselho de classe (enquanto possibilidade de práticas e mediações pedagógicas) está alocado no grande “guarda-chuva” denominado avaliação, no seu sentido potencializador e que concebe a integração enquanto espaço pedagógico histórico. Consoante a Freire (2007, p. 116), numa perspectiva que vislumbre a “(...) prática da avaliação, enquanto instrumento de apreciação do que-fazer de sujeitos críticos a serviço, (...) da libertação e não da domesticação”. Ainda, na acepção de Gontijo (2022, p.22):

Esse colegiado se destaca como instância avaliativa, pois carrega em seu cerne a função de avaliar, seja avaliar os estudantes, avaliar o Projeto-Político-Pedagógico da instituição, avaliar as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula e na escola, avaliar a instituição, avaliar os dados que chegam à escola por meio dos exames externos, ou seja, a organização e o desenvolvimento do currículo realizado e vivido da e na escola.

Convém pontuar que o olhar será direcionado ao imperativo da participação dos sujeitos estudantes (jovens) na prática do conselho de classe (participativo), no âmbito de uma instituição federal de ensino - IFRS Campus Bento Gonçalves<sup>4</sup>.

No que diz respeito ao conselho de classe, faz-se necessário recorrer a sua à historicidade que, conforme Dalben (1994, p. 26) indica, sua origem está na França, por volta do ano de 1945, “surgindo pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com

---

<sup>4</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

# Revista Gepesvida

classes experimentais” e que tinha como pressuposto de atuação principal uma avaliação classificatória que serviria para “orientar o acesso dos alunos às diversas modalidades de ensino (clássico ou técnico)”. A tendência escolanovista apresenta sutilezas no que diz respeito à dinâmica de estudos em grupos e de reuniões para discussão de atendimento ao alunado. Percebe-se nessa tendência a abertura para pensar os processos a partir da descentralização do poder e de decisões, valorizando assim o trabalho coletivo. A Lei 5.692/71, aparece como a primeira legislação brasileira que anuncia de maneira indireta, por meio do modelo de escola aventado pelo PREMEN<sup>5</sup>, o conselho de classe como órgão integrante da escola. A Lei 5.692/71 é marcada pelo autoritarismo e, conforme Dalben (1994, p.28), “visava simplesmente à transformação do estudante em um indivíduo treinável, instrumentalizado nos valores do capital”. Deriva desse contexto também a atuação dos conselhos federais e estaduais de educação em relação às solicitações de orientação quanto a diversos aspectos da referida lei. Ainda, no tocante ao conselho de classe, Hoffmann (2017, p. 144) acentua que “não surgiram de um espírito de cooperação entre os elementos da ação educativa, mas foram encomendados a partir de exigências burocráticas”. Nesse sentido, também precisamos considerar a gestão democrática do espaço pedagógico, a Constituição Federal de 1988, pontua, inclusive, que a gestão democrática seja um dos princípios do ensino. A LDB<sup>6</sup> de 1996, em seu Artigo 3º, traz a gestão democrática como um princípio do ensino público e reforça essa ideia no Artigo 14, destacando algumas possibilidades de realizá-la a saber: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Já no que concerne à gestão educacional, Luck (2000, p.25) sublinha que:

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização, capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

A premissa que move e impulsiona, compartilha com a importância do conselho de classe no seu sentido ampliado e, conforme direciona Vasconcelos (2003, p.70), contemplam:

---

<sup>5</sup> Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

<sup>6</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação

# Revista Gepesvida

[...] momentos privilegiados para uma reflexão coletiva sobre a prática escolar, propiciando o fortalecimento do comprometimento com a mudança e com a melhoria do processo do ensino e da aprendizagem. Não são espaços de “acertos de contas”, nem de exportação de preconceitos; ao contrário, de busca de alternativas, através da visão de conjunto, permitindo outros olhares, a inauguração de outras possibilidades para o enfrentamento das dificuldades (individuais e coletivas) apresentadas.

Entende-se que esse espaço, por essência educativo, deveria/poderia possibilitar aos sujeitos institucionais a efetiva participação na sua dinâmica pedagógica, realçando assim o sentido trazido por Adams e Streck (2017, pg.41):

[...] a educação é essencial na produção das transformações democráticas no mundo atual, por outro, também não se superará o formalismo democrático sem uma participação mais efetiva da população. ... o desenvolvimento de uma cultura de participação, que por sua vez, é de novo um processo educativo.

## 2 O CONSELHO DE CLASSE SOB O FOCO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

O estudo realizado sobre as produções científicas no que diz respeito ao conselho de classe (participativo), por meio de um mapeamento inicial, seguem as orientações de Romanowski sobre o uso do procedimento estado da arte. A autora sugere os seguintes procedimentos para a realização de uma pesquisa do tipo estado da arte:

- a) definição dos descritores;
- b) localização dos bancos de pesquisa;
- c) estabelecimento de critérios para a seleção do corpus do estado da arte;
- d) levantamento dos periódicos e teses catalogados; coleta de material;
- e) leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar;
- f) organização do relatório de estudo compondo a sistematização da síntese;
- g) análise e elaboração das conclusões preliminares (Romanowski 2002, p 15-16).

O *corpus* da pesquisa que motiva este texto considerou os artigos científicos, acessados via Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O mapeamento teve como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2008 a 2022, levando em consideração que no ano de 2008 houve a reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica com atravessamentos que perpassaram pelas Leis nº 9.394/96 e nº 11.741/2008, bem como a Lei nº 11.892/2008. Esses fatos denotam a necessidade de também olharmos mais de perto as práticas e mediações pedagógicas nos diversos espaços da instituição como reflexo dessa institucionalidade que começa a se redefinir em 2008.

# Revista Gepesvida

Com relação a busca realizada no Portal de Periódicos da CAPES, foram encontrados no total de 670 artigos, a partir de 13 descritores, conforme tabela abaixo:

Quadro 1 - Descritores de Busca

Descritores	Número de ocorrência (s)
D1 – “conselho de classe”	642
D2 – “conselho de classe” AND “ensino médio”	14
D3 - “conselho de classe” AND “ensino médio integrado”	2
D4 - “conselho de classe” AND participativo AND “ensino médio”	2
D5 - “conselho de classe” AND participativo AND “ensino médio integrado”	0
D6 - “conselho de classe” AND “ensino médio integrado” AND “educação profissional”	0
D7- “conselho de classe” AND “educação profissional”	3
D8 - “conselho de classe” AND “educação profissional” AND “sujeitos escolares”	0
D9- “conselho de classe” AND “ensino médio” AND “sujeitos escolares”	2
D10 - “conselho de classe” AND estudantes	22
D11 - “conselho de classe” AND “ensino médio” AND estudantes	3
D12 - “conselho de classe” AND “participação estudantil”	3 (*já elencados)
D13 - “conselho de classe” AND “instituto federal”	0

Fonte elaborada pela autora (2023).

Em uma segunda etapa, foi necessário revisar as buscas estabelecendo alguns critérios de exclusão: E1, desconsiderar os resultados do descritor D1, tendo em vista que foi elencado de forma generalizada; E2, excluir os títulos repetidos e/ou duplicados entre os descritores. Com a efetivação dessa importante etapa, obteve-se um novo panorama, resultando em 22 artigos.

A próxima etapa consistiu na elaboração via planilha de *Excel* da sistematização do levantamento dos dados com a exploração e identificação dos itens relevantes e leitura dos resumos, ou seja: data da consulta, descritor(es) utilizado(s), título, resumo, ano de publicação, autor(es), palavras-chave, locus da pesquisa, metodologia, principais

# Revista Gepesvida

referências, instituição a qual está vinculada a produção, aporte teórico que sustenta/embasa a produção e evidências quanto aos resultados.

Decorrida a leitura atenta dos resumos como preponderância, a observação do espaço do conselho de classe como tema central das produções, o escopo do estudo reduziu-se a cinco artigos.

A tabela a seguir apresenta as produções consideradas na terceira etapa, com a identificação dos descritores utilizados, título, autores e palavras-chave, identificados pelas letras A, B, C, D e E:

Quadro 2 - Artigos considerados

	Descritores utilizados	Título	Autor (es)	Palavras- chave
A	"conselho de classe" AND estudantes	Conselho de classe com participação estudantil: compreensões sobre avaliação da aprendizagem	Rubia C. V. Magnata; Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches	Avaliação da aprendizagem; conselho de classe; participação do aluno; relação professor -aluno
B	"conselho de classe" AND estudantes	Processos de participação de estudantes do ensino técnico integrado: Estudo da realidade de uma instituição de ensino no Estado do Amazonas, Brasil	Nádia Maciel Falcão, Martha Victorio e Ada Vasconcelos	Participação estudantil; gestão democrática; ensino técnico integrado
C	"Conselho de classe" AND "ensino médio integrado"	O conselho de classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, Campus Petrolina	Luzinete Moreira da Silva; Bartolomeu Lins de Barros Jr; Alessandra da S. Luenga Latorre	Conselho de classe; ensino médio integrado; avaliação qualitativa

# Revista Gepesvida

D	"Conselho de classe" AND ensino médio	Gestão Democrática Escolar: Conquistas e Desafios em uma Escola Pública de Pernambuco	Natália M. da Silva; José de Lima Albuquerque; Rodolfo Araújo de M. Filho; João M. de Sousa; Giovanni G. Da Nobrega Marinho	Educação; Políticas públicas; Transparência
E	"Conselho de classe" AND "ensino médio integrado"	Conselho de classe e práticas pedagógicas nos cursos técnicos integrado ao ensino médio – IFRO	Andréa Paro do Nascimento; Juracy Machado Pacífico	Educação escolar; conselho de classe; prática pedagógica

Fonte elaborada pela autora (2023).

De maneira geral, percebe-se que os descritores “conselho de classe” AND estudantes e “conselho de classe AND “ensino médio integrado” resultaram no maior número de artigos. Com relação às palavras-chave indicadas, abarcaram os termos: conselho de classe; ensino técnico integrado; avaliação; participação do aluno/estudantil; gestão democrática; dentre outras, o que evidencia que os achados iniciais possuem consonância ao que se pretende investigar.

A leitura dos artigos na sua íntegra, possibilitou perceber que a maioria deles tem seu *locus* no estudo de caso de instituições públicas federais, sendo três delas IF e um deles Colégio de Aplicação (UFPE<sup>7</sup>). A partir dessa observância, ainda é possível afirmar que as produções estão versando acerca das regiões norte e nordeste do Brasil, não havendo neste *escopo* nenhuma produção localizada no sul do Brasil, o que corrobora com a premissa de que a proposição de novas pesquisas trará importante relevância ao cenário educacional da Rede Federal no sul do Brasil. Percebe-se também que os IFs têm sido basilares no que diz respeito a pesquisas que versam acerca da sua institucionalidade, fomentando assim a construção de um conhecimento que está continuamente em diálogo com seus interlocutores empíricos e teóricos, resultando em contribuições também no âmbito social.

---

<sup>7</sup> Universidade Federal de Pernambuco



# Revista Gepesvida

A partir desse lançar olhar aos artigos, embora inicialmente, foi possível perceber as nuances mesmo que sutis entre o limiar de quem são os sujeitos ouvidos e quem são escutados em cada “pesquisa”. É necessário aqui, destacar que a escuta que acreditamos é aquela alicerçada num movimento de “escuta legítima” onde o educador “aprende a falar escutando, é *cortado* pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para escutar a quem, *silencioso*, e não *silenciado*, fala” (FREIRE, 2007,p.117).

Magnata e Abranches (2018, p.758), anunciam que “a participação solicita, sim, a presença e a fala, mas fundamentalmente exige o interesse e o compromisso com o que está sendo colocado no grupo, a fim de se alcançarem os objetivos esperados por todos”.

Os processos de participação de estudantes do ensino técnico integrado nos processos de gestão escolar está em evidência ao que Falcão, Victor e Vasconcelos (2022, p. 107) indicam ser:

necessário proteger-se da polissemia encerrada no termo participação, demarcando que, no arco conceitual da gestão democrática, o sentido político da atuação dos diferentes sujeitos nos processos decisórios deve superar o entendimento de participação enquanto mera presença nos fóruns deliberativos.

Silva, Barros Junior e Latorre, evidenciam a necessidade de uma efetiva consolidação e legitimação deste colegiado a partir da inclusão dos estudantes em suas discussões e decisões (2014, p.95). Comunicam ainda que, ao mesmo tempo em que entendem o conselho de classe:

Como sendo uma reunião de todos os responsáveis pelos resultados [...] não conta com a participação do aluno e por isso assume uma postura tradicional em que a figura do professor é quem decide todas as etapas do processo ensino-aprendizagem.

A gestão educacional democrática reconhece no conselho de classe, entre outros espaços, a possibilidade de democratização e descentralização da gestão escolar, ao que os autores Silva et al. (2020, p. 666) afirmam que “o conselho de classe, torna-se um espaço de reflexão pedagógica [...] com o objetivo de superar problemas pedagógicos no ambiente escolar”.

Nascimento e Pacífico (2019, p. 336) destacam:

Podemos inferir que mesmo a instância conselho de classe tendo surgido como um princípio de análises coletivas, este ganhou outro viés diante da sociedade capitalista quando os problemas de aprendizagem não eram refletidos, discutidos e nem contextualizados com as questões pedagógicas.

# Revista Gepesvida

Adams e Streck (2017, p.43), referem que “pesquisar a participação só poderia dar-se com a participação dos sujeitos envolvidos (...) rompendo assim com a dicotomia pesquisador pesquisado, concebendo ambos como produtores de conhecimento, com suas contribuições”.

## CONCLUSÕES

A provocativa escrita deste artigo mobilizou um olhar muito acerca da produção do conhecimento no que diz respeito ao processo avaliativo e suas dinâmicas nas instituições de ensino a partir da realização do conselho de classe, valendo lembrar que essa prática figura como uma prática ordinária da escola.

O extrato apresentado, referente a composição de um estado da arte, a partir de artigos científicos localizados no Portal de Periódicos da CAPES, foi basilar nesta escrita, apresentou potencial enriquecedor e trouxe contribuições no que diz respeito à restrita produção do conhecimento sobre a temática da educação. Atinente ao conselho de classe como espaço pedagógico que se abre ao “participativo”, foi possível apreender que alguns movimentos dialógicos já se manifestam como latentes espaços em consolidação e que outros ainda precisam ser gestados para que, efetivamente, se tornem lugar onde todos participam e expressam suas vozes, bem como desencadeiam uma escuta atenta e sensível.

Por certo que há ainda um caminho considerável a ser trilhado, de modo a tornar o conselho de classe de fato e de direito participativo a todos os sujeitos nele imbricados, almejando aproximações ao que Adams e Streck (2017) nomearam de movimento corresponsável onde todos aprendem.

A efetiva participação é capaz de produzir aprendizados a todos os participantes num movimento que é dialógico, que inspira mutualidade, onde ocorre a escuta<sup>8</sup> legítima, pois, escutar é algo que vai além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (FREIRE 2007, p.119).

---

<sup>8</sup> Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (FREIRE 1996, p.119).

# Revista Gepesvida

Por fim, aludindo a Freire (2007, p. 116), para corporificar o que se deseja de uma prática avaliativa que seja verdadeiramente participativa a todos os sujeitos, “os sistemas de avaliação pedagógica [...] vêm se assumindo cada vez mais como discursos verticais, de cima para baixo, mas insistindo em passar por democráticos. A questão que se coloca a nós, [...] não é, naturalmente, ficar contra a avaliação, de resto necessária, mas resistir aos métodos silenciadores com que ela vem sendo às vezes realizada”.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini (organizadores). **Pesquisa-educação: mediações para a transformação social**. Curitiba: Appris, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- CARDOSO, Sérgio. **O olhar viajante (do etnólogo)**. In: NOVAES, Adauto. O olhar. São Paulo: Companhia da Letras, 1988. (pp.348-349).
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papyrus, 1994. 208 p. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GONTIJO, Aldriana Azevedo. **Conselho de classe: dilemas, desafios, limites e possibilidades**. Ed. Appris, 2022.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtiva**. 45. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2017. 159 p.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAGNATA, R. C. V.; ABRANCHES, A. de F. P. de S. Conselho de classe com participação estudantil: compreensões sobre avaliação da aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 72, p. 738–773, 2021. DOI: 10.18222/ae.v29i72.4907. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/4907>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- NÁDIA FALCÃO, N. M. F.; MARTHA VICTOR, M. L. R. V.; ADA VASCONCELOS, A. R. da F. V. Processos de participação de estudantes do ensino

# Revista Gepesvida

técnico integrado: Estudo da realidade de uma instituição de ensino no Estado do Amazonas, Brasil. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 104–124, 2022. DOI: 10.21814/rpe.21371. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/21371>. Acesso em: 19 jun. 2023.

NASCIMENTO, Andréia & PACÍFICO, Juracy. (2019). **CONSELHO DE CLASSE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO – IFRO**. Práxis Educacional. 15. 329. 10.22481/praxisedu.v15i35.5685.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, L. M., BARROS JUNIOR, B. L. y LATORRE A. S. L. . O CONSELHO DE CLASSE COMO UM ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES E FORMAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO NO IF SERTÃO, CAMPUS PETROLINA. HOLOS. 2014;2( ):87-97.[fecha de Consulta 18 de Junio de 2023]. ISSN: 1518-1634. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481547171010>

STECANELA, Nilda. **Diálogos com a educação: a escolha do método e a identidade do pesquisador**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: prática de mudança: por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A Prática pedagógica do professor de Didática**. 2. ed. Campinas Papyrus, 1992.